

## **TERMOS DE REFERÊNCIA**

**Titulo: Recrutamento de um Consultor para a elaboração de uma proposta de Anteprojeto de Lei sobre o Abuso e a Exploração Sexual contra Criança e Adolescentes, incluindo proposta (s) de regulamentação que se impuser.**

**Tipo:** Consultoria Nacional

**Tipo de contrato:** individual

**Local:** Cabo Verde

**Requerido:** Língua Portuguesa

**Data provável do recrutamento:** Agosto de 2018

**Duração da consultoria:** 60 dias úteis

### **1. ENQUADRAMENTO**

Cabo Verde é signatário das principais convenções e outros instrumentos normativos internacionais que, direta ou indiretamente, promovem e protegem os direitos das crianças e dos adolescentes, nomeadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança (Lei n.º 29/IV/91, de 30 de dezembro), o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografias Infantis e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre o Direito da Criança relativo à Participação das Crianças nos Conflitos Armados, a Convenção n.º 182.º da Organização Internacional Trabalho, sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil, a Convenção 138.º que estabelece a Idade Mínima de Admissão ao Emprego, a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança, a Convenção de Haia, relativa a proteção das crianças e a Cooperação em Matéria da Adopção Internacional, entre outros

A nível do quadro jurídico-legal interno, tanto a Constituição da República como o Código Penal preveem um conjunto de direitos e garantias jurídicas de proteção das crianças e dos adolescentes. Em matéria de abuso e exploração sexual, o Código Penal vigente define, tipifica e sanciona, de forma incisiva, estes casos, embora as análises apontem para algumas insuficiências e ao facto de não responder, de forma completa, as necessidades atuais do país nessa matéria. Em relação à exploração sexual, a legislação cabo-verdiana não é muito incisiva, havendo, por conseguinte, a necessidade da sua normatização jurídico-penal específica.

Mais, está em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), aprovado pela Lei n.º 50/VIII/2013, de 26 de dezembro. O ECA é um importante instrumento legal que consagra os direitos da criança como prioridade absoluta, define as liberdades e garantias fundamentais e estabelece o respetivo sistema de proteção da criança e do adolescente, envolvendo e responsabilizando o Estado e a Sociedade em todo o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente.

O abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes constituem graves violações dos direitos humanos e legais das crianças e dos adolescentes, pois, além da violação da sua integridade física, psicológica e moral, as mesmas acabam por ter um impacto negativo em todo o processo de desenvolvimento pessoal da criança e do adolescente, bem como na sua inserção social. Uma das formas mais preocupantes desta violência é a que acontece no seio da família, sabendo-se que os agressores são, normalmente, um familiar ou conhecido da criança. Este facto contribui para o silenciamento dos casos, e para a não apresentação de queixa junto das autoridades ou a pedido de apoio.

Em Cabo Verde, o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes faz parte das grandes problemáticas que a sociedade e, em particular, as entidades intervenientes na promoção e proteção da criança e do adolescente enfrentam, razão pela qual, nos últimos anos, essas problemáticas têm sido objeto de intensa discussão e reflexão, tendo ganho relevância política, social e jurídica.

De acordo com o Relatório sobre o Estado da Justiça, referente ao ano 2017, do Conselho Superior do Ministério Público, o abuso contra crianças foi o crime sexual que mais aumentou durante o ano judicial de 2016/17 em Cabo Verde, representando mais de um terço dos 523 processos por crimes sexuais entrados no Ministério Público. Segundo os dados, entre 01 de agosto de 2016 e 31 de Julho de 2017, foram registados nos serviços do Ministério Público 523 crimes sexuais, mais 19 relativamente aos 504 registados no ano judicial anterior. Dos crimes sexuais registados, 38% correspondem a abusos sexuais de crianças (197 contra 170 no ano anterior), 34% a agressões sexuais (176 contra 192 no ano anterior), seguidos de 9% correspondentes a agressões sexuais com penetração (50 contra 34 no ano anterior) e 9% referente a abusos sexuais de menores entre 14 e 16 anos (46 contra 47 no ano anterior). As agressões sexuais representam metade dos processos por crimes sexuais pendentes no Ministério Público, seguidas do abuso sexual de crianças, com 25%, e de agressão sexual na forma tentada, com 12%.

Mais, em 2017, o ICCA recebeu no total 172 casos de Denúncia do Abuso Sexual, sendo 153 no Programa Emergência Infantil e 19 no Disque Denúncia. No mesmo ano, a Polícia Nacional registou 126 casos de abuso sexual de menores, mais oito do que no ano anterior, tendo sido este o único crime grave que registou um aumento durante este período. A ilha de Santiago continua a concentrar a maioria dos casos (57), seguida das ilhas do Fogo (19),



Santo Antão (18) e São Vicente (14), que registou, no entanto, uma redução deste tipo de crimes. Apesar dos esforços empreendidos pelas autoridades nacionais e internacionais e pelas organizações da sociedade civil, continua-se a assistir, quase que diariamente, a denúncias de ocorrência desse tipo de crime. Em Cabo Verde, os crimes de violência sexual contra crianças e adolescentes, como referimos, encontram amparo em várias leis da nossa República. Porém, ressalta-se que muitos dos dispositivos legais, encontram-se desfasados e as lacunas existentes torna-as, ineficazes, justificando-se, assim, que sejam adotadas medidas legislativas adequadas.

Por exemplo, um diagnóstico sobre a Justiça para as Crianças, conduzido pelo UNICEF em 2011, aponta que a lei sobre o abuso, a exploração e agressão sexual precisa ser revista para passar a ser tratado como crime público em regime de urgência de tratamento em 24:00 e os procedimentos de validação dos depoimentos gravados serem elaborados e usados. Também, no âmbito da iniciativa Conjunta UNICEF/ONU-DC, recomendou-se a análise da Lei da VBG, com vista a identificar boas práticas do país nessa matéria e possíveis adaptações de medidas de proteção que poderiam aplicar-se a casos de crianças vítimas.

É neste contexto que a Comissão Especializada dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos, Segurança e Reforma do Estado da Assembleia Nacional, em parceria com o ICCA e o UNICEF e outras instituições, nomeadamente, a ONU-Mulheres e a PGR, se propõem recorrer ao recrutamento de um consultor para a elaboração de uma proposta de Anteprojeto de Lei especial sobre o Abuso e a Exploração Sexual contra crianças e adolescentes designadamente, a revisão da moldura penal aplicada no seu limite mínimo e máximo para tais tipos de casos; a tipificação da exploração sexual e pornografia infantil; a natureza do crime de agressão sexual; reconfiguração da tramitação de processos sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes; processo de audição das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual; revisão da menoridade penal para esses tipos de casos; previsão de medidas de atendimento à menor vítima de agressão sexual; acentuar as medidas contra os abusadores sexuais; regulamentação de hospedagem no país e viagens ao exterior de crianças e adolescentes desacompanhadas dos pais, entre outras matérias que carecem de revisão, na base nos desafios e lacunas já identificados na legislação vigente a nível das instituições que operam nesta área.

## **2. OBJETIVO DA CONSULTORIA**

O presente Termo de Referência tem como propósito servir de base para a contratação de um serviço de consultoria para a elaboração de uma proposta de Anteprojeto de Lei sobre o abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescente, incluindo proposta (s) de regulamentação que se impuser.

### 3. LOCAL DA CONSULTORIA

A consultoria será prestada na cidade da Praia, com possibilidade de deslocações para outras ilhas, para a realização de entrevistas, recolha de informações e/ou socialização da proposta do Anteprojeto de Lei.

### 4. TAREFAS DO CONSULTOR

O Consultor com o apoio do Comité Técnico de Seguimento a ser criado, decidirá sobre a metodologia mais apropriada para a prestação da referida consultoria. No entanto, esta deverá incluir, mas não exclusivamente:

- a) Rever a bibliografia em termos de documentos de política ou outra e da legislação relevantes à prestação da consultoria;
- b) Realizar encontros de trabalho, entrevistas, grupos de discussões com as entidades intervenientes na matéria, designadamente, o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente, a Curadoria de Menores, os Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público, a PJ, a PN, demais entidades públicas e organizações não-governamentais ligadas à promoção e proteção dos direitos das crianças e adolescentes ou que lidam com a problemática do abuso e exploração sexual de menores, em particular, o UNICEF e outras agências das Nações Unidas;
- c) Pesquisar e analisar legislações comparada sobre a prevenção e o combate ao abuso e à exploração sexual de criança e adolescente ou outra correlata;
- d) Elaborar o draft da proposta do Anteprojecto de Lei sobre o Abuso e a Exploração Sexual contra Criança e Adolescentes;
- e) Socializar o Anteprojeto com as partes interessadas;
- f) Coordenar um *atelier* de apresentação, discussão e validação da proposta do Anteprojeto de Lei, incluindo as propostas de regulamentação, se aplicável, com a participação das partes interessadas;
- g) Incorporar as contribuições relevantes recolhidas durante o processo de socialização;
- h) Incorporar as contribuições relevantes que saíram das discussões no Parlamento,



nomeadamente, das comissões especializadas;

- i) Manter o UNICEF e o Comité Técnico de Seguimento, informados sobre o andamento da consultoria, incluindo os constrangimentos e bloqueios que precisem ser ultrapassados;

## **5. METODOLOGIA DE TRABALHO**

Para a elaboração da proposta do Anteprojeto de Lei, incluindo a respetiva proposta de regulamentação que se impuser, o consultor deverá consultar, nomeadamente, a seguinte documentação, instrumentos normativos internacionais e legislação nacional:

- a) O Plano Nacional de Combate à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes 2017-2019;
- b) Os Relatórios sobre o Estado da Justiça de 2016/2017, dos Conselhos Superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público;
- c) As Convenções e outros instrumentos normativos internacionais de promoção e proteção das crianças e dos adolescentes, ratificados por Cabo Verde;
- d) A Constituição da República de Cabo Verde;
- e) O Código Civil, o Código Penal e o Código de Processo Penal;
- f) O Estatuto da Criança e do Adolescente;
- g) Outros documentos e normativos que revelaram importantes para a referida consultoria.

## **6. REPOSNSABILIDADE PELA SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO DA CONSULTORIA**

- A supervisão da consultoria será da responsabilidade da Coordenadora Adjunta do UNICEF -Ilaria Carnevali;
- Será criado um Comité Técnico de Seguimento, coordenado pela 1.<sup>a</sup> Comissão e integrado por representantes do ICCA, UNICEF e outros que forem convidados a

integrá-lo. O Comité facilitará o agendamento e a realização dos encontros institucionais e de terreno;

- A revisão técnica dos produtos da consultoria será da responsabilidade do Comité Técnico de Seguimento;
- A certificação dos produtos da consultoria e fins de pagamento serão da responsabilidade do UNICEF.

## **7. PERFIL DO CONSULTOR**

### **Educação**

- Formação académica mínima comprovada: Licenciatura em Direito, Ciências Criminais ou áreas afins;
- Habilitações académicas comprovadas de Mestrado ou ainda de Doutoramento são preferenciais.

### **Experiência**

- Experiência mínima de 5 (cinco anos) na elaboração de projetos de diplomas legais e respetiva regulamentação, preferencialmente na área da infância;
- Bons conhecimentos e/ou experiência de trabalho na área da infância e, em particular, no domínio da prevenção e combate ao abuso e a exploração sexual de crianças e de adolescentes;

### **Requisitos linguísticos**

- Domínio escrito e falado do Português. Bons conhecimentos do Inglês e/ou Francês é uma vantagem.

## **8. PRODUTOS ESPERADOS, PRAZOS INDICATIVOS & PAGAMENTOS**

<b>Produtos</b>	<b>Prazo de entrega</b>	<b>Pagamento</b>
1. Plano de trabalho e cronograma aprovados pelo Comité Técnico de Seguimento.	Até (5) dias úteis após a assinatura do contrato.	20%

2. Relatório preliminar mais o anteprojeto de Lei, incluindo proposta (s) de regulamentação, já socializado	Até (45) dias úteis após a assinatura do contrato.	40%
3. Relatório final, incluindo o anteprojeto de Lei com os subsídios relevantes, recebidos a partir do atelier de socialização, da discussão no Parlamento e das contribuições finais do Comité Técnico de Seguimento.  N.E. A versão final do Anteprojeto de Lei e respetiva regulamentação caso necessário, devem ser entregues em formato digital, Word e PDF, e um exemplar original em papel, formato A4, em língua portuguesa.	Até 10 dias após o <i>atelier</i> de socialização do Anteprojeto de Lei.	40%

## 9. DURAÇÃO DA CONSULTORIA

- A consultoria terá a duração de 60 dias úteis de trabalho a contar da data de assinatura do contrato. A proposta técnica deverá apresentar um calendário detalhado das missões no terreno, se aplicável;
- Em querendo, o consultor pode recorrer aos serviços de mais um (1) consultor/especialista (sub-contratação - conforme os termos gerais de contratação de IC) a fim de garantir a qualidade dos produtos a serem entregues.



## 10. PROPOSTA TÉCNICA E FINANCEIRA

Os candidatos apresentarão uma proposta técnica e financeira. A proposta técnica deve conter o plano de trabalho detalhado, incluindo a abordagem metodológica proposta e o calendário preliminar das atividades e/ou das missões no terreno. A proposta financeira deve indicar um montante global. Para a avaliação e comparação das propostas financeiras, as mesmas deverão incluir a repartição do montante total associado à execução da consultoria, incluindo os honorários, impostos, custos de comunicação, despesas de deslocações e estadia, se aplicável, e outras despesas incidentes.

## 11. APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

As candidaturas, com a referência **“Recrutamento de um Consultor para a elaboração de uma proposta de Anteprojeto de Lei sobre o Abuso e a Exploração Sexual contra Criança e Adolescentes”**, deverão ser apresentadas até às 16H00 (horas de Cabo Verde), do dia 06 de Agosto de 2018, para o seguinte endereço de correio eletrónico [procurement.cv@cv.jo.un.org](mailto:procurement.cv@cv.jo.un.org)

As propostas deverão conter:

- Carta de confirmação de interesse e disponibilidade, de acordo com o template anexo;
- Currículo pessoal e formulário P11 (template em anexo), indicando a experiência profissional prévia em funções similares, qualificações académicas, contactos pessoais e três referências profissionais;
- Breve apresentação da proposta de abordagem e metodologia;
- Proposta financeira, incluindo todos os custos para a realização do trabalho, conforme template anexo.

## 12. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Será utilizado o método de pontuação combinada – no qual a proposta técnica será ponderada com um máximo de 70%, combinando-se com a proposta financeira, que será ponderada até um máximo de 30%.



**AValiação Técnica:** Só os candidatos com um máximo de 70% do total de pontos indicados para a avaliação técnica serão considerados elegíveis tecnicamente e passarão à fase da avaliação financeira.

As candidaturas serão avaliadas de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

**Proposta técnica - 70%**

- Análise curricular (**30 pontos**) divididos por:
  - Qualificação académica (5 pontos);
  - Experiência mínima de 5 (cinco anos) na elaboração de projetos de diplomas legais e respetiva regulamentação, preferencialmente, na área da infância (10 pontos);
  - Conhecimentos e/ou experiência na área da infância e, em particular, da problemática do abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes (15 pontos).
- Qualidade da proposta técnica (**40 pontos**), sendo:
  - Adequação da proposta técnica com os Termos de Referência (10 pontos);
  - Abordagem metodológica, incluindo o plano de trabalho (30 pontos).

**Proposta financeira – 30%**

- Proposta Financeira - Máximo 30 pontos.  
O número máximo de pontos será atribuído à oferta mais baixa. As restantes ofertas receberão a pontuação em proporção inversa, segundo a seguinte fórmula:  
$$p = y (\mu/z)$$
  
Na qual:  
p = pontos da proposta financeira avaliada  
y = quantidade máxima de pontos atribuídos à oferta financeira  
 $\mu$  = quantia da oferta mais baixa  
z = quantia da oferta avaliada

**Propostas não identificadas corretamente e os dossiers incompletos serão excluídos.**

**Serão contactadas apenas as propostas pré-selecionadas (short-listed)**

**O Comité avaliador recomendará a adjudicação da oferta que tenha a maior pontuação combinada.**

**Termos de Referência aprovados por:**

*Ilaria Carnevali*

  
Representante Adjunta do UNICEF

Praia, 19 de Julho de 2018